

Política



ALIANÇA NO RIO
PDT oficializa apoio à reeleição de Paes

Alto na sede do partido com Carlos Lupi e Martha Rocha consolidou a parceria



ANTES DA HORA

Número de ações eleitorais por propaganda antecipada dobra em relação a 2020 em TREs

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@globo.com.br

Na cidade de Prainha, no interior do Pará, um campeonato de futebol feminino no início do ano foi batizado por seus organizadores de Taça Narley Sagia (MDB), nome da ex-secretária municipal de Educação e pré-candidata a prefeita na eleição de outubro. Já em Altinópolis, São Paulo, o vereador Professor Huelder (PSDB) distribuiu um panfleto a moradores da cidade pedindo apoio da população porque "um novo tempo vem aí". Nos dois casos, o Ministério Público (MP) viu propaganda eleitoral antecipada e pediu que eles fossem punidos.

Sem uma legislação que deixe claro o que pode ou não ser feito antes do período oficial de campanha, que só começa em julho, a Justiça Eleitoral tem sido inundada com reclamações de partidos e do próprio MP para coibir iniciativas de quem queima a largada. Levantamento do GLOBO mostra que os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) já receberam 175 representações por propaganda antecipada neste ano, mais que o dobro de 2020, último ano de eleições municipais, quando foram apresentadas 81 ações no mesmo período. No caso envolvendo Altinópolis, o vereador tucano nega propaganda antecipada e diz que usou no panfleto apenas "slogans e frases que sempre foram utilizadas" durante seu mandato. A pré-candidata de Prainha, por sua vez, não foi localizada. Em ambos os casos, decisões liminares determinaram tanta mudança de nome do campeonato quanto a proibição de o panfleto continuar sendo distribuído.

Do total de representações apresentado neste ano, porém, apenas 28 tiveram um pedido atendido — geralmente, de remoção de conteúdo em redes sociais. Foi o caso, por exemplo, de uma ação do Novo, que acusou o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), de pedir votos antecipadamente em um evento no qual diz ser "importante eleger ou reeleger prefeitos e prefeitos, vices, vereadores, vereadores", citando possíveis candidatos em cidades como Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. A Justiça Eleitoral determinou a retirada do vídeo com o discurso do ar, sob pena de multa de R\$ 10 mil. A liminar (decisão provisória) acabou suspensa posteriormente. Procurado, Jerônimo não comentou.

Além do pedido de voto antecipado, há ações para coibir a chamada propaganda eleitoral negativa, quando um pré-candidato é criticado. O deputado Abílio Brunini (PL-MT), por exemplo, foi obrigado a excluir das redes sociais publicações consideradas ofensivas ao deputado estadual Eduardo Botelho (União-MT), que deve disputar a



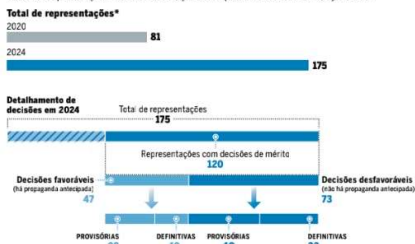
Governador. O baiano Jerônimo Rodrigues, pedido de voto antecipado



Prefeito. Bruno Reis, de Salvador, mostrou número do partido durante evento

BATALHA ELEITORAL NOS TRIBUNAIS

Número de representações reacionadas às eleições municipais deste ano dobra em relação a 2020



Casos

TOURNEIO DE FUTEBOL

Na cidade de Prainha (PA), um evento de futebol feminino foi batizado de Taça Narley Sagia, nome da ex-secretária municipal de educação e pré-candidata a prefeita na eleição deste ano. O MP considerou propaganda eleitoral antecipada.



Nas 25 de março, o baiano Jerônimo Rodrigues (PT) foi o TSE

PEDIDO DE VOTO

Na Bahia, uma declaração do governador Jerônimo Rodrigues (PT) levou o Novo a acusá-lo de pedir votos antes da hora. Em evento oficial, o governador baiano citou possíveis candidatos em cidades como Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista.



Nas 25 de março, o baiano Jerônimo Rodrigues (PT) foi o TSE

VAI TER BOLO?

O MDB apresentou representação contra Guilherme Boulos (PSOL) no Ministério Público, de onde a um elegeu distribuído no carnaval de São Paulo com os dizeres "Fica, vai ter bolo" e "São Paulo é mais gostoso com bolo", mas a ação não foi adiante.



Nas 25 de março, o baiano Jerônimo Rodrigues (PT) foi o TSE

LAVAGEM DO BONFIM

Também na Bahia, Bruno Reis (União Brasil) foi alvo de ação por propaganda antecipada após ter feito o número do seu partido, o 44, durante a Lavagem do Bonfim. O juiz eleitoral, contudo, considerou que a prática não significou pedido explícito de voto.



Nas 25 de março, o baiano Jerônimo Rodrigues (PT) foi o TSE

Reis (União Brasil), candidato à reeleição, por ter feito o número do seu partido, o 44, durante a Lavagem do Bonfim. O juiz eleitoral considerou que a prática não significou pedido explícito de voto.

Além do Ministério Público Eleitoral, que já apresentou 22 ações, em seis estados diferentes, a legenda que mais pediu a intervenção da Justiça em casos de propaganda antecipada foi o PP, com 17. Depois, aparecem MDB (14) e PSD (13).

Alguns partidos também apresentam diversas ações contra os mesmos alvos. O Novo, por exemplo, apresentou quatro representações contra Jerônimo, mas apenas uma teve decisão favorável. A Federação PSOL-Rede entrou com oito pedidos contra o deputado estadual Rogério Barra (PL-PA), alguns como mesmo teor. Foi alegada propaganda negativa contra o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL), mas nenhum foi aceito.

Da mesma forma, o PL fez cinco representações contra Aline Diniz, pré-candidata à prefeitura de Presidente Juscelino (MA), por ações como construções de estradas. As liminares foram negadas.

De acordo com Allan Titonelli, ex-deseembargador substituto do TRE-RJ e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral (Abradej), o TSE tem reforçado nos últimos anos os critérios do que é proibido e do que é permitido, e isso se reflete nas representações. Foram estabelecidas, por exemplo, "palavras mágicas" que não podem ser utilizadas.

Além disso, Titonelli acrescenta dois aspectos: o fato de que os adversários podem apresentar ações, e o aumento no número de celulares e redes sociais.

— O direito eleitoral tem uma perspectiva diferente. Não é só o Ministério Público que está fiscalizando. Os adversários fiscalizam o oponente — afirma Titonelli, ao acrescentar: — As novas tecnologias facilitam as denúncias. Se a pessoa faz uma reunião e ali está praticando uma propaganda antecipada, qualquer um pode filmar e denunciar.